

## **Parecer da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG sobre a Taxonomia Sustentável Brasileira e suas contribuições ao Caderno de Consulta Pública do Setor A.**

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG apresenta seu parecer e considerações ao caderno de consulta pública do Setor A da Taxonomia Sustentável do Brasil, destacando a importância de priorizar atividades que promovam, de forma efetiva, a sustentabilidade econômica, ambiental e social.

O primeiro destaque sobre o Caderno A é que a agricultura familiar, com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE), que representa 77% dos estabelecimentos rurais, ocupa 23% da área agrícola, responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária e que emprega 67% da mão de obra no campo, sequer foi citada no caderno. Neste sentido, o caderno desconsiderou a importância social e econômica e ambiental da categoria.

Além disso, o Caderno A apresenta uma visão restrita ao concentrar-se em poucas commodities, desconsiderando a vasta diversidade de culturas e sistemas produtivos existentes no rural brasileiro. Essa abordagem dicotômica, negligencia os riscos associados à dependência excessiva dos resultados dessas culturas, de instabilidades econômicas provocadas por crises globais, das variações bruscas nos preços internacionais, das mudanças nas políticas comerciais de países importadores ou dos eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes.

Do ponto de vista sanitário, as monoculturas em grande escala aumentam os riscos de surgimento e disseminação de pragas e doenças. A uniformidade genética das culturas torna-as mais vulneráveis a patógenos, que podem se espalhar rapidamente em áreas homogêneas. Isso leva a uma dependência maior de agrotóxicos, o que, por sua vez, gera um ciclo vicioso de resistência para pragas e doenças, exigindo doses cada vez maiores ou novos agrotóxicos, com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde humana. Portanto incentivos a qualquer monocultura em grande escala, não devem ser elegíveis como prática sustentável na taxonomia sustentável Brasileira.

O caderno também defende o uso de sementes certificadas como prática sustentável, que embora tenha uma importância sanitária, essa é uma política que favorece o monopólio corporativo de materiais genéticos, e desestimula o cultivo de sementes tradicionais. Esse contexto de restrições, vem causando a redução drástica na agrobiodiversidade, em especial na cultura do milho, que tem polinização cruzada. Vale ressaltar que o uso de sementes transgênicas em espécies que sofrem polinização, tem contaminado e provocado erosão genética dos cultivares tradicionais e ameaçado os sistemas alimentares. Portanto o uso de sementes certificadas, em especial as geneticamente modificadas não devem ser elegíveis como prática sustentável.

Além disso, do ponto de vista ambiental, o uso intensivo de agroquímicos contamina solos, recursos hídricos e ecossistemas adjacentes, afetando espécies não-alvo e podendo levar ao desequilíbrio ecológico. Para além da contaminação por agrotóxicos, segundo o RELATÓRIO ANUAL DO DESMATAMENTO NO BRASIL do MAPBIOMAS, 97% das áreas desmatadas no Brasil foram convertidas para agropecuária nos últimos cinco anos, com forte concentração nas novas fronteiras agrícolas MATOPIBA e AMACRO. Deve-se considerar também que as

paisagens de monoculturas anuais em grande escala, mesmo que utilizando boas práticas de manejo, que preservam a cobertura de solo, por exemplo, tem um estoque de carbono muito baixo, quando comparados a sistemas biodiversos da agricultura familiar.

Esses elementos são claramente contraditórios a uma Taxonomia que se propõe ser chamada de Sustentável. Neste sentido, a CONTAG alerta para a necessidade de que práticas com uso de agrotóxicos, cultivo de monoculturas em grande escala, não sejam consideradas como práticas sustentáveis no setor A. Por outro lado, a propagação e comercialização entre agricultores de sementes crioulas deveria ser estimulada com mecanismos para se alcançar uma produção mais sustentável.

Os sistemas produtivos tradicionais da agricultura familiar são intrinsecamente mais sustentáveis, abrangendo diversas formas de agricultura, pecuária e da sociobiodiversidade. Por sua natureza, são agrobiodiversos, apresentando elevados estoques de biomassa e, conseqüentemente, de carbono. Além disso, caracterizam-se por uma baixa demanda de insumos externos e uma maior intensificação da mão de obra, o que se traduz na criação de postos de trabalho e na geração de renda de forma mais equitativa.

Portanto a Taxonomia Sustentável Brasileira deve priorizar o fortalecimento da agricultura familiar como um pilar fundamental para o alcance do primeiro objetivo: mobilizar e reorientar o financiamento e os investimentos públicos e privados para atividades econômicas com impactos ambientais, climáticos e sociais positivos, visando o desenvolvimento sustentável, inclusivo e regenerativo.

O fortalecimento da agricultura familiar passa necessariamente por investimentos em pesquisa e desenvolvimento de soluções sustentáveis, como o controle biológico de pragas e doenças, a utilização de bioinsumos, a assistência técnica e extensão rural, o crédito facilitado e políticas de inclusão social. Essas ações são essenciais para a transição rumo a uma agricultura de baixo carbono, potencializando as capacidades inerentes à agricultura familiar, contribuindo para a construção de uma economia mais justa e inclusiva, além de garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

No entanto, a histórica falta de investimentos em pesquisa e inovação voltados para a agricultura familiar resultou em importantes lacunas de conhecimento sobre seus sistemas de produção. Embora o Brasil seja um dos pioneiros em pesquisas voltadas para a agricultura de baixo carbono, o foco central dessas iniciativas, desde a implementação do Plano ABC em 2010, tem sido a mitigação dos impactos ambientais na produção das principais commodities agrícolas. Apesar dos avanços obtidos internacionalmente, essa abordagem seletiva negligencia o potencial dos sistemas tradicionais da agricultura familiar.

A CONTAG alerta que as lacunas de conhecimento científico sobre a agricultura familiar regenerativa, como a agroecologia, não podem ser utilizadas para justificar a ampliação de incentivos a monoculturas em larga escala. Mesmo quando adotam boas práticas, esses sistemas são menos sustentáveis que os modelos tradicionais de produção da agricultura familiar.

Os impactos econômicos, sociais e ambientais associados à expansão das monoculturas no Brasil são inegáveis: concentração de renda e de terras, aumento do desemprego e êxodo rural associado a uma série de problemas socioambientais nas áreas urbanas que acolheram esses trabalhadores deslocados. O desmatamento para ampliação de cultivo, a perda de agrobiodiversidade, as restrições de uso e a contaminação das sementes crioulas com transgênicos, a dependência de insumos externos e o uso intensivo de agrotóxicos resultam no aumento das emissões de gases de efeito estufa, contaminação do solo e da água e riscos à saúde dos trabalhadores rurais.

Nesse contexto, a Taxonomia Sustentável não deve incentivar práticas que contribuam para a contaminação do solo e da água, que tenham baixa demanda de mão de obra ou que estejam associadas ao avanço do desmatamento. O verdadeiro compromisso com a sustentabilidade exige o apoio a sistemas produtivos que promovam impactos positivos em todas as dimensões do desenvolvimento. A fragmentação do caderno por culturas não é capaz de atender a diversidade de sistemas produtivos com maior capacidade de mitigação, em especial os sistemas biodiversos que são os mais resilientes e com maior capacidade de mitigação.

É importante considerar também que no caderno do Setor A, a cultura da soja associada ao milho, é colocada como “uma das associações de culturas anuais mais importantes e rentáveis do Brasil”, esta afirmação gera muita preocupação pois além de todos os aspectos negativos amplamente conhecidos, o binômio soja e milho tem baixa rentabilidade por hectare, se comparado com a imensa maioria das olerícolas por exemplo, que ainda trazem o benefício de ocuparem muito mais mão de obra.

Ao pensar na continuidade da construção da taxonomia por culturas, em vez de sistemas produtivos, devem ser priorizados os sistemas com benefícios associados a segurança alimentar e nutricional e ao fortalecimento das economias locais com geração de renda distribuída e trabalho digno, exemplos disso são as culturas da mandioca, do arroz, do feijão, de milhos tradicionais, da olericultura, da fruticultura, extrativismos, os sistemas pecuários da agricultura familiar, os sistemas de manejo florestal e de fauna. Outro critério orientador da taxonomia do caderno A deve ser a transição para agroecologia, onde todos os incentivos e esforços sejam no sentido de reduzir insumos químicos e agrotóxicos e aumentar a produção sustentável, garantir segurança alimentar e mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

O fortalecimento da agricultura familiar é a chave para alcançar esses objetivos, pois oferece condições para a geração de trabalho digno e renda distribuída, produção de alimento seguro, além de contribuir para a conservação do solo, da água e da biodiversidade, e para a mitigação da crise climática.

Assim, as ações de desenvolvimento da agricultura familiar, em toda a sua diversidade, devem ser tratadas como prioridades em qualquer política de incentivo, uma vez que representam soluções concretas e eficazes para os desafios da agricultura contemporânea.

A CONTAG sugere atenção especial com a Agricultura Familiar nos Cadernos específicos da Taxonomia Sustentável (2.4; 2.5; 2.6; 2.7; 2.8; 3 e 4). A falta de infraestrutura e serviços básicos

impactam tanto a qualidade de vida da população rural quanto a sustentabilidade ambiental. A agricultura familiar enfrenta a precariedade da habitação, a ausência de saneamento básico e de infraestrutura viária adequada, levando muitas comunidades a descartarem resíduos de forma inadequada, contaminando solo e cursos d'água. A falta de energia e conectividade limita a adoção de tecnologias limpas. Nesse contexto, uma habitação digna, integrada a políticas públicas eficientes, são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Para redução das desigualdades sociais no campo é necessário considerar que a agricultura familiar é socialmente mais vulnerável, portanto, é fundamental o caderno de desigualdades sociais incluir este público, priorizando recorte de gênero e raça.

A CONTAG defende que a Taxonomia Sustentável do Brasil seja um instrumento de promoção da transição justa e inclusiva para um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com foco na agricultura familiar, na agroecologia e nos sistemas agroflorestais. Rejeitamos práticas que perpetuem a concentração fundiária, a dependência de insumos químicos, a contaminação do ambiente e de pessoas e a degradação ambiental. A Taxonomia deve priorizar investimentos em pesquisa, assistência técnica e crédito facilitado para atividades que promovam a sustentabilidade econômica, ambiental e social, garantindo um futuro digno para os agricultores e agricultoras familiares e para as próximas gerações.



Aristides Veras dos Santos

Presidente